

PAULO FERREIRA MARQUES

**A INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO COMO CAUSA DE
CONFLITOS ENTRE OS POVOS LEVANDO A GUERRA:**

contribuições para a Segurança Nacional

Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia
apresentado ao Departamento de Estudos da
Escola Superior de Guerra como requisito à
obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de
Política e Estratégia.

Orientador: Ten Cel QCO Gilberto de Souza Vianna

Rio de Janeiro – RJ

2016

Este trabalho, nos termos de legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). É permitido a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da ESG

Assinatura do autor

Biblioteca General Cordeiro de Farias

Marques, Paulo Ferreira.

A Influência da Religião nos conflitos entre os povos, causando guerra. /
Cel Méd Paulo Ferreira Marques – Rio de Janeiro: ESG, 2016.

44 f.

Orientador: Ten Cel QCO Gilberto de Souza Vianna.

Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), 2016.

1. Religião. 2. Guerra. 3. Defesa Nacional. I. Título.

À minha esposa Fabiana, pela força, presença constante e compreensão nos momentos de minha ausência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida maravilhosa que contemplamos a cada amanhecer e a oportunidade de sempre adquirirmos conhecimentos, e crescer profissionalmente.

Agradeço também ao Corpo Permanente da ESG pelos ensinamentos e orientações, ao meu orientador o Ten Cel QCO Gilberto de Souza Vianna pelo apoio durante a realização deste trabalho. Aos colegas de curso agradeço pelas estimulantes e enriquecedoras discussões e debates em auditório.

Ao Exército Brasileiro, agradeço a oportunidade de realização do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia.

A história está cheia de guerras religiosas; mas, devemos ter o cuidado de observar, não foi a multiplicidade de religiões que produziram essas guerras, mas o espírito de intolerância que estimulava aquela pessoa que achava que tinha o poder de governar.

Charles-Louis de Secondat (Montesquieu)

RESUMO

Este trabalho está estruturado em capítulos que abordam didaticamente por períodos a história de algumas guerras na era cristã, sempre buscando analisar de que forma a sofisticação do ideal religioso do combatente ao longo do tempo influenciou no resultado dos conflitos. Até que ponto a religião tem sido identificada como causa de guerra na era cristã? O estudo abordará a influência da religião na mente do combatente como causa ou pelo menos como catalisador que o levaria a participar ou se envolver num combate, já com a certeza de que participando, haverá total realização e satisfação do seu desejo de uma vida plena e segura em um mundo espiritual no paraíso. Serão analisadas as seguintes guerras: As Conquistas Muçulmanas, a Reconquista, as Cruzadas, a Guerra dos Trinta Anos, a Rebelião Taiping, a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Árabe-Israelense, a Jihad e a Teoria da Guerra Justa. Os estudos da influência das religiões, misticismo e ocultismo, nos conflitos armados, são de vital importância para a preservação da segurança nacional e da ordem pública e da incolumidade das pessoas e ou patrimônio. Ao analisarmos neste estudo a influência da religião nos conflitos, saberemos a forma como pessoas com a mente deturpada poderão se infiltrar de forma nociva na sociedade com ameaça à segurança. No sentido material, não podemos ver a guerra só como ganhos, pois há perdas importantes e insubstituíveis. Por estas perdas materiais, econômicas, pessoais, entre outras, é que deve haver uma dimensão religiosa levando o combatente a acreditar numa outra realidade, na qual ele será sempre vitorioso. A religião também teve sua importância durante a guerra fria, pois sabemos que nos países da “cortina de ferro” várias pessoas foram perseguidas em virtude de sua fé, sua crença, sua religião. Os países comunistas tinham o cristianismo como uma organização onde todos os seguidores eram considerados inimigos do governo. Os terroristas, em nome da religião, costumam justificar a violência em nome da autodefesa ou para vingar as comunidades religiosas às quais pertencem. À medida que possamos identificar a infiltração de pessoas que utilizam da fé, religiosidade de um povo para desenvolver atos terroristas, estamos promovendo atos de defesa para dar sensação de segurança à população.

Palavras-chave: Guerras. Religião. Infiltração. Segurança Nacional. Defesa Nacional.

ABSTRACT

This paper is structured in chapters that didactically address periods of history about certain wars during the Christian era. Its purpose is to analyze in which ways the sophistication of the religious ideal of the combatant during time influences the result of the conflicts. To which point has religion been identified as a cause of war during the Cristian era? This study will address the influence of religion in the mind of the combatant as cause, or at least as a catalyzer, which would bring them to participate or get involved in a combat with the certainty that by participating, there will be complete satisfaction and fulfillment of their desires, and a secure and full life in a spiritual paradise. The following wars will be analyzed: The Muslim conquerings, the Reconquista, the Crusades, and Thirty Year's War, The Taiping Rebellion, World War II, the Israeli-Arab war, Jihad, and the Just War Theory. The studies of the influence of religion, mysticism and occultism in armed conflicts are of vital importance for the preservation of national security, public order, patrimony and the safety of the population. As we analyze the influence of religion in such conflicts, we will get a better understanding of the way people with disturbed minds can infiltrate themselves into society and threaten security. In the material sense, we cannot see war only as gains, since there are important and irreplaceable losses. Because of such material, economic, and personal losses, there has to be a religious aspect to bring the religious combatant to believe in another reality, one where he is victorious. Religion also had its importance during the cold war, given that it is known that in the "iron curtain" countries several people were prosecuted for their faith, beliefs, and religion. The communist countries had Christianity as an organization, and all of its followers were considered government enemies. Terrorists usually justify violence in the name of self-defense and avenging their religious communities in the name of religion. Until it becomes possible to identify the infiltration of the people who utilize faith, and the religiousness of people to develop terrorist attacks, we promote acts of self-defense to give the population a greater sense of security.

Keywords: War. Religion. Infiltration. National Security. National Defense.

SUMÁRIO

1.0	INTRODUÇÃO	09
2.0	PENSANDO A GUERRA E A RELIGIÃO	13
3.0	O CONFLITO COMO ANÁLISE	17
3.1	AS CONQUISTAS MUÇULMANAS (632 – 732)	17
3.2	A RECONQUISTA (722 – 1492)	19
3.3	AS CRUZADAS (1095 – 1291)	21
3.4	A GUERRA DOS TRINTA ANOS (1618 – 1648)	23
3.5	A REBELIÃO TAIPING (1851 – 1864)	25
3.6	A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939 – 1945)	27
3.7	A GUERRA ÁRABE – ISRAELENSE (1948 – 1949)	30
3.8	A JIHAD NOS DIAS DE HOJE	32
3.9	A TEORIA DA GUERRA JUSTA	34
4.0	A RELIGIÃO, A GUERRA E O SÉCULO XXI	38
5.0	CONCLUSÃO	42
	REFERÊNCIAS	43

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho será estruturado em capítulos que abordem didaticamente por períodos a história das guerras na era cristã, sempre buscando analisar de que forma a sofisticação do ideal religioso do combatente ao longo do tempo influenciou no resultado dos conflitos.

Cada capítulo abordará pelo menos uma batalha e um líder que utilizou a religião como amálgama de emoções e propulsor de ânimo e coragem para o combate. Em cada evento, pesquisarei na literatura, os motivos que levaram àquele guerreiro a se engajar voluntariamente numa batalha e se foi apenas o desejo de ganhos materiais o propulsor de sua participação, ou se o imaginário dogmático que o imbuía sobrepujou seus desejos terrenos. Analisarei também, se o ideal do líder do combatente pode não ser o mesmo do homem na linha de frente. O que poderá influenciar seus pensamentos durante uma batalha? A vitória por si só poderá não gerar benefício material algum para o combatente; em caso de derrota, o que haverá de recompensa para um homem derrotado? Não valeu a pena ter combatido ou ele projeta outra recompensa por ter cumprido seu papel?

Por todas as perdas materiais, econômicas, pessoais, é que deve haver uma dimensão religiosa levando o combatente a acreditar numa outra realidade, na qual ele será sempre vitorioso. Segundo Keeley (2011, p.32), em seu livro “A Guerra Antes da Civilização”, estamos sempre contra atacando um inimigo em quem atribuímos um grande mal que nos ameaça, um obstáculo a atrapalhar nosso grandioso destino.

Nesse sentido, de fato, as sociedades humanas teologizam a guerra e o inimigo se torna um mal a ser atacado. A religião também teve sua importância durante a guerra fria, pois sabemos que nos países da “cortina de ferro” várias pessoas foram perseguidas em virtude de sua fé, sua crença, sua religião. A Teoria da Guerra Justa¹ também influenciou e passou a ser uma extensão do ato de governar. Sempre que houvesse uma causa justa, intenção justa, autoridade adequada e possibilidade razoável de sucesso, era permitido travar uma guerra. Nos

¹ Para justificar a captura, o aprisionamento e escravização dos povos indígenas houve uma apropriação do conceito de guerra justa principalmente na ocupação da Amazônia, do início de sua exploração, até o século XVII (DOMINGUES, 2000).

últimos tempos não podemos deixar de analisar também a *Jihad*², Guerra Santa, onde os terroristas, se utilizando da religião, costumam justificar a violência em nome da autodefesa ou para vingar as comunidades religiosas a que pertencem, levando-nos a pensar, até que ponto a religião tem sido identificada como causa de guerra na Era Cristã.

Este trabalho pretende estudar e abordar a influência da religião na mente do combatente como causa ou pelo menos como catalisador que o levaria a participar ou se envolver num combate, já com a certeza de que participando, haverá total realização e satisfação do seu desejo de uma vida plena e segura em um mundo espiritual no paraíso. O intuito deste estudo será analisar a literatura sobre algumas guerras da Era Cristã, sobretudo aquelas onde o cunho religioso foi marcadamente identificado, entre as quais, analisaremos: as Conquistas Muçulmanas, a Reconquista, as Cruzadas, a Guerra dos Trinta Anos, a Rebelião Taiping, a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Árabe- Israelense, a *Jihad* e a Teoria da Guerra Justa. Analisaremos e compararemos estas para se chegar a uma conclusão sobre a influência da religião para a eclosão de uma guerra e a sua manutenção.

Os conflitos são feitos pelos homens, isto é claro. Com certeza devem existir atributos da natureza humana que fazem com que este indivíduo possa ser capaz de iniciar e participar de guerras. Sabemos que os homens principiam contendas de natureza bélica com o intuito de expandir suas culturas, religiões e ideologias, principalmente também para impor seus dogmas e práticas religiosas. Sabemos também que grande parte das guerras na Idade Média foi de cunho religioso e estas se limitaram tão somente a expandir a cristandade, mantida pela Igreja Católica, “Universal”.

Na Era Moderna e até meados de Século XVII houve uma predominância das guerras religiosas e uma quebra da unidade religiosa dominante da época através da Reforma, com o surgimento de várias seitas protestantes que acirrou e muito as paixões populares. Ao analisarmos a literatura, sempre vemos a dubiedade que a mente do homem se posiciona entre os poderes divinos e terrenos, entre o

² A Jihad para os devotos do Islamismo teria a conotação de realização de todos os esforços para a causa divina. Seria uma obrigação no plano individual e coletivo. No primeiro, denotando uma luta pessoal para ser justo e seguir o caminho ordenado por Deus. No segundo, envolver e incentivar o

curso da natureza e a vida humana. Para aplacar esta ambigüidade e medo da divindade, o homem sempre ofereceu orações e sacrifícios, praticando o extremo da religião, do misticismo e ocultismo, como mostraremos em várias guerras. Apesar de todas as grandes tradições sustentarem que a paz é uma virtude essencial, elas fazem uso da força em certas circunstâncias, por exemplo, para defender seu credo ou aumentar seu poderio. Desta forma é inequívoco afirmar que a religião serviu como pretexto para a hostilidade entre poderes ao longo da história.

O estudo da influência das religiões, misticismo e ocultismo, nos conflitos armados, é de vital importância para a preservação da segurança nacional e da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, e, para apurar infrações penais contra a ordem social e contra as instituições autárquicas como prescreve a Constituição Federal³. Conhecendo estas influências, saberemos identificar e atuar em possíveis células religiosas infiltradas e instaladas em nosso meio com o intuito de deturpar a consciência de um grupo em prol de um determinado êxito escuso, agressivo ou insano, trazendo assim, a segurança contra todas as formas de ameaça em relação ao indivíduo ou aos grupos sociais. Assim sendo agiríamos preventivamente na eliminação destes e na eclosão de conflitos.

Muitos dos estudos sobre a gênese motivacional que leva um terrorista a tirar a sua própria vida em prol de um ideal religioso, pelo menos quando tratam de indivíduos que professavam a fé islâmica, apontam para interpretações que geravam, desde a negação dessa teoria, baseado em sacerdotes desse credo que entendem que o Corão proíbe o suicídio, a outros, que entendem que na prática, ao se explodir junto com suas bombas, são glorificados como mártires, pois, a sua própria destruição na forma de autossacrifício, permitiria a glorificação eterna com todas as recompensas a ela inerentes, pois teriam morrido numa guerra contra os infiéis que insistiam em pisar em solo sagrado.

Ao analisarmos neste estudo a influência da religião nos conflitos, saberemos a forma como pessoas com a mente deturpada poderão se infiltrar de forma nociva na sociedade com ameaça à segurança. Identificando estes fatores perturbadores, conhecendo-os, avaliando-os, poderemos tratá-los, fazendo com que

que é bom e corrigir o que não é, devendo até mesmo fazer a guerra para defender o Islã. (Ver o tópico: "A Jihad nos dias de hoje").

³ Constituição da República Federativa do Brasil, 2016, inciso I, § I, art 144, cap III, título V.

sua influência seja reduzida e até eliminada para que possamos manter o estado de segurança adequado e promover a Defesa da nação. Atuando desta forma, estamos produzindo atos de Defesa para darmos sensação de segurança à população, prevenindo ação terrorista com base na infiltração religiosa. Segundo a Política Nacional de Defesa⁴, “a defesa nacional é o conjunto de medidas e ações de Estado [...] para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças [...]”.

Os dados para a realização deste trabalho serão obtidos através de pesquisa bibliográfica, realizando um estudo sistematizado, desenvolvido com base em material didático publicado em livros, revistas, rede eletrônicas, ou seja, material acessível ao público em geral. Todos os dados coletados serão passíveis de interpretação em tempo hábil para realização do trabalho e serão suficientes para a realização do mesmo. O trabalho será realizado confrontando a literatura existente para se chegar a uma opinião.

Quanto aos fins, esta pesquisa será descritiva e explicativa. Descritiva, porque visa descrever percepções dos autores estudados, expondo as características de cada um e estabelecendo correlações. Explicativa, porque visa esclarecer se a religião contribui de alguma forma para a ocorrência de conflitos, levando a guerra.

Quanto aos meios de investigação a pesquisa será bibliográfica com base em material publicado em livros, revistas e redes eletrônicas. Material acessível ao público em geral.

⁴ Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf>>. Acesso em 29 de abril de 2016.

2 PENSANDO A GUERRA E A RELIGIÃO

“Louvem o Senhor Deus, a minha rocha; ele me prepara para a batalha e me ensina a combater”. Salmo 144

Este trabalho pretende estudar e abordar a influência da religião na mente do combatente como causa ou pelo menos como um catalisador que o levaria a participar ou se envolver num combate, já com a certeza de que participando, haverá total realização e satisfação do seu desejo de uma vida plena e segura em um mundo espiritual no paraíso.

Desde os primórdios da humanidade, o homem e seus ancestrais lutam pela sobrevivência, de sua tribo, de sua prole, enfim, de seus descendentes. A partir de que momento conseguimos localizar a idealização de uma entidade divina estimulando a busca pelo alimento, espaço ou mesmo pelas melhores oportunidades de reprodução, garantindo a perpetuação de seu material genético?

Analisando a citação do início desta introdução, que transcreve parte do Salmo 144 do Velho Testamento⁵, o homem é preparado por Deus para as batalhas, que o ensina a combater, de pronto surge a indagação de até que ponto na mente humana o idealismo do combate reside na religiosidade, na percepção de agradar uma entidade divina e adquirir uma recompensa não material.

Foram muitos os autores que escreveram sobre a gênese e motivação do homem para guerra. Keeley (2011, p.29), em seu livro “A Guerra Antes da Civilização”, relata que como disse o homem de uma tribo da Papua, sobre a guerra, “a batata desaparece, os porcos desaparecem e os campos se deterioram”, e, o mais importante, os filhos e filhas morrem. Então no sentido material, não podemos ver a guerra só como ganhos, pois há perdas importantes e insubstituíveis. Por estas perdas materiais, econômicas, pessoais, entre outras, é que deve haver uma dimensão religiosa levando o combatente a acreditar numa outra realidade, na qual ele será sempre vitorioso.

A religião também teve sua importância durante a guerra fria, pois sabemos

⁵ Bíblia Sagrada. Velho Testamento. São Paulo: Paulinas, 2008, p. 712.

que nos países da “Cortina de Ferro” várias pessoas foram perseguidas em virtude de sua fé, sua crença, sua religião. Os países comunistas tinham o cristianismo como uma organização na qual todos os seguidores eram considerados inimigos do governo. Segundo Cummins (2012, p.176), no livro “As Maiores Guerras da História”, outro fator psicológico com ideais religiosos que levou a um conflito sangrento foi a rebelião Taiping na China, inspirada por um místico auto proclamado “irmão mais novo de Jesus” induzia as pessoas a combaterem em nome de Deus.

Nos últimos tempos, não podemos deixar de analisar também a *Jihad*, conforme um estudo sobre a mente do terrorista suicida publicado por Cardoso e Sabattini (2001), nas últimas duas décadas, mentes sombrias têm se espalhado pelo mundo com uma missão consciente e bem definida: provocar profundo medo e ansiedade, dor, desespero e muitas mortes, incluindo as delas próprias, ao se explodirem juntamente com o alvo escolhido. Qualquer que seja a causa que o terrorista suicida invoca, ele é firmemente impulsionado pela crença de que a vitória da causa deve ser alcançada a qualquer custo.

Os terroristas, em nome da religião, costumam justificar a violência em nome da autodefesa ou para vingar as comunidades religiosas às quais pertencem. Analisaremos também os estudos sobre a *Jihad*, de Abu Musab Al – Zarqawi, defensor do salafismo, que considera a democracia e a modernidade no estilo ocidental irreconciliáveis com o islã, através dos autores Weiss e Hassan (2015) no livro “Estado Islâmico”. Pelo que se vê, a religião pode até nem ser causa de guerra em alguns conflitos, mas o que leva o homem a guerrear se não houver nada em sua mente que garanta algo de bom, seja qualquer resultado do combate? Talvez um impulso que o faça guerrear ou mantê-lo em guerra seja o fato deste homem crer em algo além da vida.

De acordo com Blank (2008, p.30), em seu livro “Encontrar sentido na vida”, o fato de os homens não aceitarem que a morte realmente seja aquela aniquilação total, se aceita a possibilidade da vida continuar além da morte.

A Teoria da Guerra Justa tem suas origens no pensamento de Santo Agostinho, Cícero, São Tomás de Aquino e Hugo Grotius. A guerra, nesta teoria passa a ser uma extensão do ato de governar. Duas questões de suma importância serão analisadas neste contexto: a autoridade adequada e a causa adequada. Mais tarde, outros critérios foram acrescentados: a chance razoável de sucesso e proporcionalidade. Sendo assim, sempre que houvesse uma causa justa, intenção

justa, autoridade adequada e possibilidade razoável de sucesso, seria permitido travar uma guerra.

Segundo Walzer (2003, p.3), em seu livro “Guerras Justas e Injustas”, desde que homens e mulheres começaram a falar sobre a guerra, sempre foi em termos do certo e do errado. E quase todo esse tempo houve quem ridicularizasse esse tipo de conversa, considerando o assunto um exercício vazio, insistindo que o conflito está além ou aquém da apreciação moral. A guerra situa-se numa outra realidade, na qual a própria vida está em jogo, a natureza humana é reduzida a suas formas elementares e prevalecem o interesse pessoal e a necessidade. Nessas circunstâncias, homens e mulheres fazem o que precisam fazer para salvar a si mesmos e as suas comunidades e não há lugar nem para a moral nem para a lei. Em tempos de guerra, cala-se a lei.

As guerras são feitas pelos homens, isto é claro. Com certeza devem existir qualidades da natureza humana que fazem com que este homem possa ser capaz de iniciar e participar de guerras. Sabemos que os homens fazem guerra com o intuito de expandir suas culturas, religiões e ideologias, principalmente também para impor seus dogmas e práticas religiosas. Sabemos também que grande parte das guerras na Idade Média foi de cunho religioso, e que estas se limitaram tão somente a expandir a cristandade, mantida pela Igreja Católica, “Universal”. Na Era Moderna até meados do Século XVII houve uma predominância das guerras religiosas, houve uma quebra da unidade religiosa dominante da época através da Reforma, com o surgimento de várias seitas protestantes o que acirrou e muito as paixões populares. A religião por si só sempre foi respeitada e tem sido uma das maiores manifestações do homem.

Ao analisarmos a literatura sempre vemos a dubiedade que a mente estabelece entre os poderes divinos e terrenos, entre o curso da natureza e a vida humana. Para aplacar esta dubiedade e medo da divindade, o homem sempre ofereceu orações e sacrifícios. Fortino, (2014, p. 15) no seu “O Livro das Religiões” comenta que assim como as religiões criaram coesão nas sociedades, elas também foram fontes ou propagadoras de muitos conflitos. Apesar de todas as grandes tradições sustentarem que a paz é uma virtude essencial, elas fazem uso da força em certas circunstâncias, por exemplo, para defender seu credo ou aumentar seu poderio. A religião serviu como pretexto para a hostilidade entre poderes ao longo da história.

A Segunda Guerra Mundial é tida como uma guerra não religiosa e sem qualquer influência de religião; mas segundo Goodrick-Clarke(2004, p.142), Hitler teve grande influência do misticismo e ocultismo através principalmente de Dietrich Eckart, Julius Evola e da Savitri Devi, onde afirma-se a incrível história da ascensão de Hitler no poder é diretamente relacionada a poderes sobrenaturais, grande ligação com a Sociedade Thule e Vril e outras ordens ocultistas de magia negra.

À medida que possamos identificar a infiltração de pessoas que utilizam da fé, religiosidade de um povo para desenvolver atos terroristas, estaremos promovendo Atos de Defesa para dar a sensação de segurança. A Constituição Federal no seu artigo 144, capítulo III do título V preconiza o direito a segurança pública através das apurações das infrações contra a ordem política e social. Prevenir o descaminho. A Defesa Nacional é este conjunto de medidas de Estado [...] para a defesa do território e dos interesses nacionais contra ameaças.

Um estudo demográfico sobre a disposição dos grupos religiosos no mundo., será capaz de fornecer subsídios para sustentar outros autores. Nesse sentido, Longhurst (2013) informa o número de praticantes de cada grupo religioso no mundo, ressaltando que agora elas estão disponíveis através de pesquisas que identificaram que dos 6.9 bilhões de pessoas do mundo, cerca de 5.8 bilhões se identificam com alguma forma de religião. Desse número, 2.2 bilhões são cristãos, 1.6 bilhões seguem o islamismo, 1 bilhão o hinduísmo e o budismo têm cerca de 500 milhões de adeptos. Os restantes praticam desde religiões aborígenes australianas ou norte-americanas, como também o judaísmo, o xintoísmo, taoísmo, entre outras.

Mas nem todos pertencem a um grupo religioso. Importante então, observar que mais de 1.1 bilhões de pessoas não se identificam com nenhuma religião o que torna esse grupo o terceiro maior, apenas atrás dos cristãos e muçulmanos. A maior parte dos que não se identificam com um credo, cerca de 700 milhões, estão na China, seguidos por 72 milhões no Japão e 51 milhões nos Estados Unidos e 8 milhões no Canadá. Mas segundo o autor, não se identificar com um credo não significa que não tenham uma fé em outro formato, como acreditar simplesmente num Deus ou num espírito universal. Talvez o questionamento mais importante desse artigo se dê ao final, quando o autor se pergunta o porquê de tantos conflitos, fome, pobreza e injustiça e guerras com motivações religiosas se a maior parte da população mundial se diz adepta de uma filosofia que pelo menos na base prega o entendimento entre os homens.

3 O CONFLITO COMO ANÁLISE

3.1 AS CONQUISTAS MUÇULMANAS

É conhecida como a centenária campanha de expansão empreendida pelas forças Árabes que abraçaram a nova fé do islã. Estas tiveram origem em um homem: o profeta Maomé.

Maomé fundou a fé do islã, uma religião cujos adeptos somam mais de um bilhão em todo mundo, nasceu em 570, na tribo coraixita, em Meca. Seu nome significa “Digno de Louvor”. Ele tinha um lado contemplativo, espiritual, e sempre se isolava no ermo próximo a Meca, para rezar e meditar. Aos 40 anos, por volta de 610 D.C, Maomé teria tido uma experiência mística que o abalou espiritual e fisicamente, a visita do Arcanjo Gabriel. A partir deste evento, começou-se a traçar essa nova religião que Maomé chamou de islã, que vem de uma palavra árabe que quer dizer “submissão” ou “rendição”. Maomé sentiu-se escolhido por Deus para ser o profeta árabe, povo que até então não tinha um profeta. Durante sua vida, ele continuou a ter revelações, muitas das quais estão no Alcorão. Seus ensinamentos fundamentais foram: há um só Deus; as pessoas devem, em todas as coisas se submeter a ele; neste mundo nações foram amplamente punidas por rejeitar os profetas de Deus; céu e o inferno estão à espera da geração atual; o mundo terá seu final com um grande julgamento. Ele incluiu como deveres religiosos as orações freqüentes, esmola e proibiu a usura.

No verão de 622, quando tentaram matá-lo, Maomé fugiu de Meca para Medina, então Yathrib. Sua fuga a essa tentativa marca o início do calendário islâmico. Em Medina ele construiu seu modelo de estado teocrático e de lá governou seu império em rápido crescimento. Os ensinamentos de Maomé em Medina são pelo menos teoricamente, a lei do Islã.

Como ele acreditava firmemente na sua posição como último dos profetas e, como sucessor de Jesus, Maomé parece à primeira vista, ter esperado que os judeus e cristãos fossem reconhecê-lo e aceitar as suas revelações, o que não ocorreu. Medina tinha uma grande população judaica, mas eles se recusaram a dar a Maomé qualquer tipo de fidelidade religiosa e o fracasso de várias missões entre os cristãos também o fizeram ficar descrente da adesão destes.

Sua fama aumentou, e em 629 ele fez uma peregrinação a Meca sem interferência. Em 630, ele marchou contra Meca, que caiu sem luta. O que hoje é grosso modo a Árabia Saudita, foi ganha.

O islã uniu árabes de todas as classes sociais e convicções, e, quando Maomé morreu, em 632, uma religião coesa e uma força política já tinham sido estabelecidas em grande parte da Arábia. Ainda segundo Cummins (2012, p. 48), sob a liderança de Abu Bakr, sucessor de Maomé, ou califa, os árabes muçulmanos procuraram expandir o Estado Islâmico. Em parte, isso aconteceu por motivos religiosos, para difundir a palavra de Maomé; mas essa expansão também foi instigada pela fraqueza visível do Império Bizantino, que, na época, controlava grande parte do Oriente Médio, e pelo desejo de direcionar para fora a energia das tribos árabes guerreiras, de modo a manter a unidade interna.

Em 633, um exército muçulmano comandado pelo general Khalid Ibn Al – Walid começou a guerra contra o Império Bizantino, deslançando os primeiros golpes sobre as forças do imperador Heráclito na região onde hoje ficam Israel e Jordânia Ocidental. Em 634, Abu Bakr morreu e foi sucedido por Omar I, que transformou essas incursões numa ofensiva em larga escala. Os árabes tomaram Damasco, no sul da Síria, e derrotaram o exército Bizantino na batalha de seis dias do rio Yarmuk, em 636. Em 638, conquistaram Jerusalém. A vitória da batalha de Nahavand, em 641 lhes deu o controle da Pérsia central, e o restante do território persa caiu sob o domínio muçulmano em 651.

No ano 718, as forças muçulmanas atravessaram os Pirineus, invadiram a Aquitânia e o sul da França e capturaram a cidade de Narbonne. Em 730, uma força ainda maior avançou em direção ao norte, até Poitiers, na França centro – ocidental, onde acabou sendo derrotada pelo exército franco comandado por Carlos Martel, em 732⁶.

⁶ Carlos Martel foi o líder carismático que uniu os francos, uma tribo germânica que atravessou o Reno e se estabeleceu na antiga província romana da Gália, no séc V, antes de se expandir a fim de dominar a região. Carlos Martel foi o filho ilegítimo de Pepino de Herstal, nasceu por volta de 688. Em 714 com a morte de Pepino de Herstal, iniciou-se uma briga pelo poder entre seus descendentes, venceu Martel, cujo nome significa “Carlos, o martelo”, e se tornou prefeito do palácio, governante dos francos em 719. Embora os historiadores retratam Martel como o salvador da cristandade, ele foi um guerreiro selvagem que não se eximiu de prender qualquer um que atravessasse seu caminho, até mesmo os clérigos. Após consolidar seu império, em várias batalhas posteriores a Poitiers,

Maomé morreu em 632 de causas naturais, mas a sua mensagem já tinha começado a se espalhar por todo o mundo⁷.

3.2 A RECONQUISTA

Foi uma longa série de campanhas e guerras esporádicas que permitiram às forças cristãs expulsar os mouros da Península Ibérica, o que deu origem à Espanha moderna. De fato, na época em que foram expulsos os muçulmanos ibéricos, ou mouros, já dominavam a Andaluzia, nome islâmico da Espanha, há séculos e tinham criado ali uma cultura vital e estável que contrastava fortemente com a sociedade visigótica primitiva e corrupta que haviam desalojado. A palavra sugere ainda uma contra-ofensiva planejada, mas a Reconquista consistiu em uma série de rebeliões e batalhas esporádicas quase sempre espontâneas, que durou aproximadamente oitocentos anos, e apenas em seus estágios finais a campanha cristã veio a se tornar mais organizada.

A conquista muçulmana da Península Ibérica, no começo do século VIII, criou inicialmente um reino islâmico fragmentado e frágil, marcado por disputas entre os líderes muçulmanos árabes e os chefes tribais berberes que tiveram papel decisivo na conquista. Desde o início, esse reino foi perturbado por ataques guerrilheiros conduzidos pelos visigodos cristãos, sob a liderança de Pelágio; eles habitavam a província das Astúrias, no noroeste montanhoso do país, que era a única parte da península ainda não controlada pelos mouros. Uma força muçulmana enviada para desarraigá-los foi destruída por Pelágio e pelos visigodos, na Batalha de Covadonga, em 722. Primeira grande vitória cristã contra o islã na Ibéria, essa batalha é tradicionalmente apontada como marco inicial da Reconquista. A base cristã das Astúrias paulatinamente se expandiu, até incluir as províncias nortistas rochosas de Castela, Leão, Aragão e Navarra. No fim do século X, em resposta a essa expansão, o líder muçulmano al-Mansur começou uma série de incursões ao norte cristão. No entanto, al-Mansur modificaria a paisagem da política

Martel faleceu em 741, mas a linhagem carolíngia, que vem do nome Carlos, sobreviveria no filho Pepino III e no neto Carlos Magno, primeiro imperador do Sacro Império Romano – Germânico.

⁷ The Columbia Encyclopedia, 6th ed. (Columbia University Press, 2016), s.v. "Muhammad (prophet of Islam)," <http://www.questia.com/read/1E1-Muhammd/muhammad-prophet-of-islam>.

Ibérica, dedicando-se ao jihad, contra os cristãos. Ele trouxe mercenários berberes da Espanha para combater e conseguiu atrair cristãos insatisfeitos para seu lado. De forma exitosa, investiu contra fortalezas no reino cristão nortista de Leão, saqueou Barcelona e comandou uma incursão brutal a um dos santuários mais venerados pelos cristãos – Santiago de Compostela. É provável que nenhum emir muçulmano ou soberano da Reconquista tenha despertado maior paixão do que Abu Amir al-Mansur. Para os muçulmanos, ele era “o braço de Alá”, escolhido por Deus para golpear os cristãos infiéis. Para os cristãos, ele era o diabo em pessoa, o anticristo. Essas incursões romperam o equilíbrio de poder e promoveu a união das províncias cristãs. Na Batalha de Calatañazor, em 1002, comandadas pelo rei cristão de Navarra, Sancho, o Grande, o exército muçulmano foi derrotado e feriram al-Mansur de modo letal, vindo a falecer dois dias depois.

Ainda na Reconquista, uma batalha feroz, travada com paixão visionária, foi a Batalha de Lãs Navas de Tolosa, em 1212. Alguns cronistas contam que, no auge da luta, no momento mais vigoroso da batalha, uma cruz deslumbrante apareceu no céu; outros dizem que São Tiago foi visto pairando sobre o campo de batalha. Quer isso tenha sido verdade ou não, os soldados cristãos em Lãs Navas de Tolosa, no dia 16 de julho de 1212, foram vistos combatendo com fervor elevado, como se estivessem tomados por algum tipo de força inspiradora. Afonso VIII, seu líder, ficou no meio da refrega, movendo a espada com tal ímpeto que uma luz parecia clarear os arbustos ao redor. Fator importante para o rei Afonso VIII e seus combatentes, é que o papa Inocêncio III, fez uma proclamação, declarando guerra santa na Espanha e ofertando remissão dos pecados a todos aqueles que chegassem a Toledo para se juntar aos cruzados. Certamente, eles não teriam como saber disso, mas, mesmo assim, a batalha que travaram acabou se tornando a mais fundamental dos oito séculos de guerras que constituíram a Reconquista.

Nos últimos anos da Reconquista, um homem e uma mulher surgiram em cena, na Espanha, levando alguns cronistas contemporâneos a julgar que tinham sido colocados ali pela providência divina, no lugar certo, no momento certo, para dar os últimos golpes nos titubeantes muçulmanos e introduzir a Espanha numa nova era de esplendor cristão. O casamento de Fernando II de Aragão com a princesa Isabel de Castela, em 1469, juntou as duas províncias mais importantes da Espanha.

Infelizmente, os chamados “reis católicos”, que levaram a Espanha na direção da nacionalidade, também afastaram o país daquela tolerância religiosa que havia caracterizado os tempos de domínio muçulmano e o introduziram numa era de fanatismo impiedoso. O Decreto de Alhambra, promulgado por Fernando e Isabel, em março de 1492, forçou todos os muçulmanos a se converterem ao cristianismo ou então morrer; muitos se converteram, enquanto outros partiram para a África do Norte. O mesmo decreto ordenou a expulsão de todos os judeus, que já vinham de qualquer maneira sofrendo por mais de uma década com a Inquisição, a qual também foi instigada pelos mesmos monarcas e cujos excessos horrorizaram até o papa, que lhe dera aprovação.

3.3 AS CRUZADAS

Uma guerra religiosa prolongada, travada entre forças cristãs e muçulmanas pela posse de Jerusalém e da Terra Santa. Em 638, após séculos de domínio cristão, a cidade de Jerusalém caiu nas mãos das forças islâmicas e, desde o século XI, passou a ser governada pelos turcos seldjúcidas. Assim como tomaram o controle da Síria e da Palestina (no século seguinte, eles chegariam ao Egito também), os seldjúcidas atacaram o Império Romano do Oriente, ao norte, destruindo um exército bizantino, em 1071, onde hoje fica a Armênia.

Em 1095, ameaçado pelos turcos seldjúcidas, o imperador bizantino Aleixo I Comneno enviou ao Ocidente um pedido urgente de ajuda. Embora a Igreja Cristã Ortodoxa estivesse em dissidência aberta com a Igreja Católica Romana, cujo papa era Urbano II, o imperador implorou ao papa que lhe ajudasse a reunir apoio militar para derrotar os turcos. Urbano enxergou ali uma oportunidade. Ele tomara conhecimento de que os cristãos vinham sofrendo com as guerras internas dos muçulmanos e, ao mesmo tempo, pretendia fazer com que os cavaleiros guerreiros europeus botassem a agressividade para fora, em vez de lutarem entre si. Assim, em novembro de 1095, ele fez um discurso no Concílio de Clermont, na França, exortando os cristãos a lutar contra a ameaça muçulmana, não apenas em Bizâncio, mas em todo o Oriente Médio.

O resultado foi a primeira Cruzada. Em resposta ao apelo de Urbano, talvez umas cem mil pessoas de toda a Europa tenham começado a rumar para o Oriente, numa onda humana motivada pela combinação de histeria religiosa, ganância por despojos e anseio de garantir a salvação. Urbano havia prometido a “imediate remissão dos pecados” a todos aqueles que morressem na Cruzada.

Depois que os turcos seldjúcidas retomaram Edessa, em 1144, sob o comando de Imad ad-Din Zangi, a segunda Cruzada foi decretada. Encabeçadas pelos exércitos francês e alemão, sob a liderança do rei Luís VII e do sacro imperador romano Conrado III, as forças cristãs organizaram um ataque mal planejado a Damasco e acabaram sendo forçadas a recuar, em total desordem.

Encorajado por esses triunfos, Saladino⁸ tomou Damasco dos cristãos e derrotou-os de forma decisiva na Batalha de Hattin, em 1187. Em seguida ele reivindicou a maior parte da Terra Santa. A terceira Cruzada foi incentivada pelo papa Gregório VIII e liderada pelo sacro imperador romano Frederico I, o Barba Ruiva, pelo rei Ricardo I (o Coração de Leão), da Inglaterra, e pelo rei Felipe II, da França. Ricardo, após ficar sozinho, não obteve êxito na recaptura de Jerusalém e acabou sendo forçado a fazer uma trégua com Saladino e partir. A quarta Cruzada foi anunciada pelo papa Inocêncio III, mas acabou sendo desviada para Constantinopla quando Aleixo IV, filho do imperador deposto de Bizâncio, ofereceu dinheiro aos cruzados para que o ajudassem a destronar seu tio, o usurpador Aleixo III Ângelo. Os cruzados terminaram saqueando Constantinopla, matando milhares de pessoas e estabelecendo a Igreja Latina em Bizâncio. Isso não estava de acordo com a vontade do papa, e tornou impossível a reconciliação entre a Igreja Católica e a Igreja Ortodoxa do Oriente.

No curso das Cruzadas, formaram-se duas ordens cristãs militares excepcionais: a dos cavaleiros templários e a dos hospitalários, guerreiros que também eram monges. Ambas tiveram início em Jerusalém, como irmandades religiosas que cuidavam dos peregrinos. Os hospitalários tinham sua base num hospital próximo a uma abadia católica; os templários, numa casa próxima a uma construção que se dizia ser o Templo de Salomão. Os templários eram cavaleiros e também irmãos religiosos que patrulhavam as estradas perto de Jerusalém, garantindo a segurança dos peregrinos; no entanto, nos anos 1130, eles já tinham se tornado combatentes, em primeiro lugar, e religiosos, em segundo. Cerca de vinte

⁸ Saladino, foi um grande herói islâmico que uniu o mundo muçulmano contra os cristãos. Uniu o mundo muçulmano em torno da idéia de um jihad unificado, contra os invasores. Ainda que seu objetivo final fosse a expulsão dos cristãos, na realidade, ele passou muito tempo lutando contra outros muçulmanos, em especial os seguidores e a família de Nur al-Din, na Síria, o que o levou a fazer tréguas temporárias com os cristãos. Foi o rompimento de uma dessas tréguas, que instigou Saladino a finalmente confrontar os exércitos cristãos, em 1187. Estando pronto, naquela época, como afirmou um historiador muçulmano contemporâneo, “para levar a morte cristã ao inimigo de olhos azuis”, ele venceu uma batalha decisiva em Hattin, e seguiu em frente para retomar parte da Terra Santa.

anos depois, com a continuidade da ameaça islâmica, os hospitalários se transformaram em lutadores militantes. Ambas as ordens, aceitavam cavaleiros que buscavam a salvação, e se tornaram muito ricas. No entanto, os cavaleiros, individualmente, levavam uma vida simples e austera, condizente com a de um “monge guerreiro”.

No começo do século XII, tanto as forças cristãs quanto as muçulmanas passaram a ser aterrorizadas por uma seita radical islâmica conhecida como os “assassinos”. Muçulmanos xiitas que seguiam os ensinamentos de um grande mestre, ou imã, chamado Hassan ibn Sabbah. Embora as crenças religiosas exatas dos Assassinos não sejam conhecidas, eles queriam que todo mundo seguisse o seu imã; e começaram a matar todos aqueles que se recusassem a fazer isso. Em geral, eles não agiam em grupos, num campo de batalha, mas assassinando os líderes de seus rivais; e eram mestres da dissimulação, do disfarce e dos venenos. Acredita-se que os assassinos praticassem crimes sob a ação de haxixe, do qual se originou o substantivo “assassino”, um nome que os cruzados, aterrorizados por esses fanáticos, se encarregaram de popularizar.

3.4 A GUERRA DOS TRINTA ANOS

Um conflito desencadeado por diferenças religiosas, guerra de religiões e de interesses nacionais, que prenunciou os horrores das guerras modernas. Dez anos depois de Martinho Lutero pregar as 95 teses na porta da Igreja de Todos os Santos, em Wittenberg, no ato que deu início à Reforma, fundava-se a primeira universidade protestante na Alemanha. Vinte anos depois, o rei Henrique VIII, da Inglaterra, se declarava chefe da Igreja de seu país. Em meio século, o luteranismo e outras seitas protestantes, como o calvinismo, tinham se estabelecido com firmeza em todo o norte da Europa. Era natural que o arraigadamente católico Sacro Império Romano não gostasse nada disso. De forma esporádica, porém viciosa, explodiram conflitos sectários na Alemanha, na Polônia, na Áustria e na Tchecoslováquia, entre o império e as forças da Liga Schmalkald, aliança formada por príncipes luteranos.

A paz de Augsburgo, assinada em 1555, pôs fim a essas lutas e permitiu que os príncipes germânicos escolhessem entre o catolicismo e luteranismo. Todavia, como tantos outros tratados, Augsburgo acabou plantando as sementes de mais violência. Calvinistas, anabatistas e outras seitas protestantes em crescimento

não tinham sido reconhecidas; e a Contrarreforma Católica vinha ganhando força. Ao mesmo tempo, como as nações tentavam afirmar seus interesses, de forma isolada, a religião serviu de pretexto para desencadear as ações.

A Guerra dos Trinta anos, pode ser dividida em quatro fases. A primeira, a Revolta da Boêmia, começou com a assim chamada Defenestração de Praga, quando um grupo de nobres protestantes daquela cidade expressou sua oposição à imposição de um rei católico pelos Habsburgo, jogando pela janela três funcionários católicos. Depois que eles elegeram o próprio monarca protestante, as forças do Sacro Império Romano invadiram a Boêmia e esmagaram o exército protestante na Batalha da Montanha Branca. A nobreza da Boêmia, segundo o registro de um historiador, foi literalmente decapitada e as terras foram doadas a príncipes católicos germânicos.

Todos esses sucessos católicos alarmaram o rei da Dinamarca, Cristiano IV, que era luterano e viu esses fatos como ameaças à segurança de seu país. Ele deu início à segunda fase da guerra, chamada de Intervenção Dinamarquesa, ao invadir a Alemanha. No ano de 1629, o triunfal Ferdinando II promulgou o altamente controverso Edito da Restituição, que ordenava aos protestantes que dividissem com os católicos as terras sob domínio protestante desde a Paz de Augsburgo. O rei protestante sueco Gustavo Adolfo II, com um olho voltado para a conquista de mais territórios no Báltico, deslançou uma nova campanha anticatólica, denominada Intervenção Sueca. As balas de canhão foram os primeiros tiros numa batalha que mudaria os ventos da sorte da União Protestante. A guerra já durava treze anos, e os protestantes vinham sofrendo derrota atrás de derrota, nas mãos das forças de Habsburgo e da Liga Católica, agora, o rei sueco Gustavo Adolfo, “O Leão do Norte”, como era chamado, estava em condições de salvar a causa protestante.

A França, cujo chefe de Estado efetivo era o cardeal Richelieu, durante algum tempo, buscou motivo para se juntar aos protestantes. Sendo a França um país ostensivamente católico, seu desejo de lutar ao lado dos protestantes serve para mostrar a complexidade do conflito e para revelar as questões de afirmação nacional ali envolvidas, além do enfrentamento religioso. Após forças espanholas, terem invadido um pequeno eleitorado que tinha se aliado aos franceses, a França, então, declarou guerra, dando início à última fase do conflito, denominada Intervenção Francesa. A França atacou o exército espanhol em Luxemburgo e adentrou o sul da Alemanha, enquanto seus aliados holandeses levaram a guerra

para o Novo Mundo, detendo navios espanhóis carregados de tesouros, que vinham do Caribe e do México. Mas, as forças imperiais logo empurraram a França de volta e quase chegaram até Paris, antes de serem derrotadas na batalha de Compiègne, em 1636.

A violência infligida às populações rurais e urbanas, de 1618 a 1648, foi tão terrível quanto aquela causada pela guerra moderna. Em parte, isso aconteceu por causa da composição dos exércitos. Ambos os lados utilizaram mercenários mal alimentados e mal pagos e, portanto, impelidos a extorquir o território, que frequentemente sitiavam povoados, muitos deles irrelevantes do ponto de vista militar, para roubar alimentos e riquezas. Durante o saque à cidade luterana de Magdeburg, em 1631, no rio Elba, na Alemanha central, o exército da Liga Católica do general Graf von Tilly chacinou homens, mulheres e crianças, cuja maioria tinha se rendido e implorava pela vida. O vilarejo foi totalmente destruído. De uma população de trinta mil moradores, talvez tenham sobrevivido cinco mil.

Com a fome e a doença (incluindo a irrupção da peste bubônica, em 1634), a Guerra dos Trinta Anos é tida como a causa da morte de algo entre quatro e sete milhões de pessoas, até 1648. A repugnância popular ao comportamento dos exércitos mercenários foi tão grande que ajudou a criar os exércitos permanentes, em geral mais bem disciplinados.

3.5 A REBELIÃO TAIPING

Essa guerra civil na China, em meados do século XIX, matou mais pessoas do que qualquer outra guerra na história, com exceção da Segunda Guerra Mundial, e inspirou a Rebelião de Mão Tsé-Tung, um século depois. Conduzida por um líder quimérico, essa rebelião chinesa marcou época e custou milhões de vidas. Na década de 1830, a dinastia Qing já vinha governando a China havia duzentos anos, desde a conquista do país pelos Manchus, no século XVII.

A origem da rebelião Taiping não poderia ter sido mais improvável. Hong Xiuquan, um funcionário falido e charlatão nascido na etnia Hakka, na província de Guangdong, no sul da China, fracassou duas vezes nas provas para o funcionalismo público. Talvez abalado por essa humilhação e influenciado pelos missionários cristãos que pregavam no país, Hong criou a mistificação de que ele era o segundo filho de Deus, o irmão mais novo de Jesus Cristo, o filho chinês. Em 1844, expulso

da aldeia pelas autoridades confucionistas, Hong desatou a pregar a palavra do seu Taiping Tianguo, ou “Reino Celestial da Grande Paz”.

Enquanto Hong vagava pela província montanhosa e pobre, sua mensagem foi se tornando mais política. Ele tinha sido enviado por Deus para destruir os “demônios diabólicos” que governavam a China e também para criar uma nova forma de vida, uma “camaradagem humana”, na qual homens e mulheres seriam iguais, e a riqueza seria compartilhada por todos.

Aos poucos, os camponeses começaram a se juntar a Hong e, por volta de 1850, ele já tinha reunido um exército de aproximadamente quarenta mil homens, próximo à montanha dos Cardos, na província de Guangxi. Finalmente alarmados, os governantes Qing enviaram um exército para atacar Hong naquele local. No entanto, os combatentes bem treinados e disciplinados derrotaram os soldados, em 1851. Após essa vitória, mais camponeses vieram a Hong, fazendo com que seu exército chegasse a centenas de milhares de rebeldes.

Descendo em marcha as montanhas de Guangxi, Hong e seus homens se voltaram para o nordeste, passando pelo vale do rio Yang-Tsé, tendo como alvos a cidade de Nanjing e o porto de Xangai. Derrotaram as forças de Qing, e tomaram Nanjing com um exército de quinhentos mil combatentes, em março de 1853. Rebatizando Nanjing como sua “Capital Celestial”, Hong então recrutou um exército permanente de mais de um milhão de homens e mulheres. Fundamentalmente por causa do crescente misticismo, da licenciosidade e da paranoia de Hong, os Taipings se mantiveram em Nanjing por onze anos, mas foram incapazes de capitalizar em cima da vitória.

Homens tinham sido decapitados apenas porque espirraram na presença daquele indivíduo, e Li Xiucheng, comandante do exército rebelde, armou-se de coragem e foi ver Hong Xiuquan, o Governante Celestial. O comandante Li iria dar as más notícias em relação à tomada de Xangai⁹. Li, nervoso, adentrou o Palácio Celestial, que era guardado por um corpo de mercenários estrangeiros, e encontrou Hong, uma figura humana assustadoramente fantasmagórica, cercado de concubinas.

Curvando-se diante de Hong, Li argumentou que, se desejassem sobreviver,

⁹ Após fracassar numa tentativa de tomar Xangai, as forças Taiping foram repelidas. Em maio de 1864, os Taipings foram cercados pelas tropas imperiais, em sua capital, Nanjing. Durante esse cerco pelo comandante Qing, general Zeng Guoquan, o general Li Xiucheng, comandante do exército rebelde, foi conversar com Hong.

teriam de fugir. “As rotas de abastecimento haviam sido cortadas, e os portões foram bloqueados”, disse a Hong, que ouviu tudo de modo impassível. “O moral do povo está abalado. A capital não pode ser defendida. Devemos entregar a cidade e seguir para outro lugar”.

Hong olhou fixo para ele e deu uma resposta gelada: “Recebi de Deus o comando sagrado, o comando sagrado do Celestial Irmão Jesus, para vir ao mundo e me tornar o único soberano verdadeiro da miríade de países sob os Céus. [...] Por que eu deveria temer o diabólico Zeng?”

Li ainda acreditava que Hong fosse, de fato, o filho de Deus, mas sabia que aquela resposta selara o seu destino e o de milhares de homens, mulheres e crianças que viviam dentro dos muros da cidade. Hong tinha perdido o contato com a realidade, não era mais capaz de comandar um exército, o que já vinha acontecendo há um tempo. Onze anos antes, quando a cidade foi tomada e rebatizada de Capital Celestial, Hong estava no auge de seu poder e entrou em Nanjing triunfalmente, vestindo e calçando roupas e sapatos amarelos, a cor da China imperial. Todavia, dali em diante, Hong começou a se degradar de modo contínuo.

No dia 1º de junho, Hong morreu de doença (ou suicídio), e a cidade caiu no mês seguinte.

3.6 A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O conflito mais letal da história humana foi travado por soldados de todas as partes do mundo, a serviço das Forças Aliadas ou do Eixo, terminou com a ascensão de duas potências no pós-guerra: Estados Unidos e União Soviética. Após o fim da Primeira guerra Mundial, milhões de alemães experimentaram um ressentimento contido, em razão dos termos rigorosos do Tratado de Versalhes.

A grande depressão dos anos 1930 se exacerbou na Alemanha, pelos bilhões de dólares devidos às reparações de guerra e também pela perda de grandes porções de seu território. A Alemanha, que tinha uma população de 65 milhões, ficou ainda proibida de ter um grande exército permanente, mas, durante a República de Weimar, que governou o país imediatamente depois da guerra, foram criados grupos paramilitares armados clandestinos.

Quando Adolf Hitler chegou ao poder, em 1933, esses grupos poderosos (a Sturmabteilung ou AS e a Schutzstaffel ou SS) se tornaram o núcleo do novo

exército alemão. Hitler comandou o Nacional-Socialismo Alemão, ou partido Nazista, o que o distingue como fascista. Em essência, pregou a mensagem de que a Alemanha precisava expandir as fronteiras, a fim de acomodar a população crescente, sendo necessárias, assim, as guerras por territórios. Em seguida, tornava-se fundamental promover a reestruturação demográfica alemã, em termos raciais, todas as raças, em particular os judeus, que eram consideradas “impuras” ou “indesejáveis” seriam liquidadas, principalmente se vivessem em territórios que os alemães desejavam conquistar.

Muitos autores afirmam que na Segunda Guerra Mundial não houve influência religiosa, mas, outros autores como Nicholas Goodrick-Clarke (2004), no livro *Sol Negro*, descrevem uma face oculta de Hitler e do Nazismo: relacionado com o misticismo e ocultismo. Segundo este autor, os elementos religiosos e míticos do nacional-socialismo alemão frequentemente fazem o Terceiro Reich assemelhar-se a um culto no poder. A ostentação dos comícios nazistas e a sua natureza quase litúrgica comparavam-se ao extraordinário fervor das imensas multidões que a eles compareciam. A maioria dos participantes via-se envolvida em uma intensa atmosfera de excitação coletiva e de entrega pessoal. O indiscutível carisma de Hitler e o assíduo desenvolvimento e cultivo do Führerkult, desde os primeiros anos do movimento eram fatores cruciais na construção da religiosidade nazista. Imensas congregações, estandartes, piras sagradas, procissões, um estilo de discurso popular e radical, reza e resposta, memoriais e marchas fúnebres eram todos sustentáculos essenciais para o culto de raça e nação, a missão da Alemanha ariana e a vitória sobre seus inimigos. A figura messiânica de Adolf Hitler, o salvador da Alemanha, assomava-se sobre todo o projeto.

A ideologia do nacional-socialismo estava profundamente imbuída de idéias obtidas de uma imaginação religiosa radical. A crença em uma conspiração judaica mundial, ostensivamente apoiada pela notória invenção dos Protocolos dos Sábios de Sião, forneceu a imagem de um inimigo demoníaco. O antissemitismo nazista apoiava-se nessa demonologia apocalíptica que culpava os judeus por todos os males, incluindo o liberalismo, o comunismo, a corrupção da moral e a derrocada do mundo tradicional. A noção de regeneração nacional também era apresentada com um espírito apocalíptico: somente a destruição dos judeus poderia garantir a salvação da Alemanha em um milênio racialmente puro. Dietrich Eckart, o mentor de Hitler em Munique, tinha uma visão gnóstico-dualista dos judeus e de seu papel antagonista na vida nacional da Alemanha.

As crenças do próprio Hitler em uma conspiração mundial da parte dos

judéus permaneceram como uma convicção por toda a sua vida, sendo terrivelmente cumprida no holocausto. Entretanto, o antigo endeuamento de Hitler pelos alemães, o drástico, embora efêmero, domínio do continente pelo regime e a natureza macabra e irracional de suas políticas racistas e antisemitas também diferenciam bastante o nacional-socialismo de outros períodos da história moderna. À parte de um ponto de referência puramente secular, o nazismo foi considerado a encarnação do mal em um regime moderno do século XX, um monstruoso relapso pagão na comunidade cristã da Europa.

Os “Mistérios Nazistas” têm um lugar especial para a Sociedade Thule e certos membros dela como o centro oculto do movimento nazista e um canal para a iniciação na magia negra do médium-místico Hitler. Fundada em Munique, em julho de 1918, por Rudolf Von Sebottendorf, a Sociedade Thule foi um grupo völkisch racista batizado em homenagem à última Thule. A Thule pode ser considerada justificadamente como um estimulador e um precursor do Partido dos Trabalhadores Alemães nacional-socialista. Contatos pessoais e organizacionais foram passados diretamente da sociedade Thule por intermédio do círculo de Político dos Trabalhadores para o Partido dos Trabalhadores Alemães, o precursor do Partido Nazista. A concepção de Himmler da SS como uma ordem religiosa militar de elite encabeçando uma cruzada ariana para reconquistar o Oriente encontrou muitos ecos em sua visão romântica da história alemã medieval. Em 2 de julho de 1936, Himmler organizou um serviço religioso especial sobre o túmulo de Henrique, o Caçador de Aves, na catedral de Quedlinburg. Himmler acreditava no espiritualismo e sua crença de que seria a reencarnação do rei Henrique.

De especial interesse também nesse pensamento, além da Sociedade Thule, houve a Sociedade Vril. A primeira teria, entre seus adeptos, não apenas Hitler, como Rosenberg, Hess, Haushofer e outros líderes nazistas. Já a Vril teria mobilizado imensas energias místicas e ajudado, como a Thule, a criar o movimento nazista e a levá-lo ao poder e quase ao domínio mundial. O domínio nazista de “objetos de poder”, como a Lança de Longino (que teria perpassado o corpo de Cristo na cruz), a Arca da Aliança ou o Santo Gral, também seria importante para explicar a ascensão nazista. Nesse contexto, Hitler seria um ocultista, um iniciado, e sua ascensão e queda seriam um efeito disto.

3.7 A GUERRA ÁRABE – ISRAELENSE

Tudo aconteceu por causa de uma faixa de terra, entre o mar Mediterrâneo e o rio Jordão, que vinha sendo habitada quase sem interrupção, desde a Era Paleolítica. Essa terra recebeu vários nomes: Canaã, Judéia, Israel, Terra Santa e Palestina. O Velho Testamento a chamava de “a terra do leite e do mel”. O povo judeu chegou a região conhecida como Palestina¹⁰ aproximadamente 1300 antes da era Cristã e viveram sob uma forma de confederação tribal até se unirem sob o reino do primeiro monarca, o Rei Saul, na terra que batizou de Israel, e que dominou do século XII A.C até o II século D.C, tendo sofrido nesse período muitos lapsos de liberdade por invasões. Isso adquiriu em aspecto mais definitivo, quando os conquistadores romanos tiraram a maior parte dos judeus da região, após sucessivas revoltas judaicas, e o país acabou sendo governado depois por vários ocupantes: bizantinos, árabes, turcos seljúcidas, cruzados, mamelucos e turcos otomanos. Entretanto, uma minoria tornou a presença judaica contínua naquela região até o século XIX por ocasião da eclosão do movimento sionista.

Com exceção dos bizantinos e cruzados, todos eram muçulmanos, e a lei de Maomé se converteu na lei da Palestina, a qual, durante séculos, foi um lugar atrasado e relativamente esquecido, e não despertou grandes interesses em ninguém. As estatísticas das populações no século XIX não são confiáveis e são motivo hoje de divergências entre acadêmicos, entretanto parece haver consenso no fato de que por volta de 1880, aproximadamente 25 mil judeus viviam ali, em número inferior aos árabes que os circundavam. Então, imigrantes judeus provenientes da Europa Oriental começaram a chegar, trazidos pelo movimento sionista, que reclamava o retorno dos judeus à terra natal. Em 1914, havia quase 100 mil judeus na Palestina, numa comunidade denominada Yishuv, representando 15% da população total. A Palestina não era vista como um Estado separado, mas apenas como uma área entre Jerusalém e Beirute. Apesar de prometida aos judeus pelo

¹⁰ Palaestina é uma designação criada pelo imperador romano Adriano que ano de 135 d.C. sufocou a revolta dos judeus sob a liderança de Bar-Kochba. Com a intenção de minimizar a identificação judaica com aquela terra e principalmente Jerusalém mudou o nome desta para "Aelia Capitolina" e à Judéia deu o nome de Palaestina numa corruptela que rememorava um antigo inimigo, os Filisteus. A palavra árabe Filastin, é derivada desse nome latino.

Tratado de Balfour de 1917, referendado pela Liga das Nações em julho de 1922, naquele mesmo ano os britânicos dividiram aquele território em duas porções. A terra a leste do rio Jordão se transformou na atual Transjordânia, ao passo que a terra a oeste, do Egito, ao sul, até o Líbano e a Síria, ao norte, permaneceu sendo a Palestina. A violência nunca deixou de existir na região como o famoso massacre de judeus em Hebron em 1929 e respostas judaicas aos britânicos que impunham uma limitação na imigração, fato que levou ao impedimento de resgate de milhões de judeus refugiados antes da segunda guerra e impedia os sobreviventes sem terra de entrarem no país.

Em novembro de 1947, contra a vontade britânica, o ONU aprovou a Resolução 181, que demandava a divisão da Palestina em terra de judeus quanto de árabes-palestinos. Os judeus aceitaram a proposta, mas os árabes a rejeitaram, dando início ao primeiro dos dois estágios da Guerra Árabe-Israelense.

Este conflito, não foi apenas devido às religiões distintas entre os árabes e judeus; foi uma guerra mais por território valioso, em que os dois lados consideravam a sobrevivência como povo estava em jogo. Jerusalém, sagrada tanto para árabes quanto para judeus, ficaria no centro dos combates. Os judeus controlavam grande parte da chamada Nova Cidade de Jerusalém, enquanto os árabes circundavam a maior parcela da Cidade Velha. Embora fossem numericamente inferiores, os judeus se mantiveram firmes nessa primeira fase da guerra e até conseguiram expandir o território. No entanto, quando expirou o mandato britânico e Israel se proclamou um Estado soberano, houve um ataque pan-arábico contra o novo país, que consistiu numa invasão pelas tropas de Egito, Síria, Jordânia, Iraque e Líbano. Os soldados jordanianos estabeleceram o controle sobre a Cidade Velha de Jerusalém, enquanto os egípcios atacaram e ocuparam os assentamentos judaicos no deserto de Negev, no sul. Mas, o consistente exército israelense, agora denominado Força de Defesa Israelense “FDI”, tomou o centro da Galiléia e rechaçou os árabes.

As Nações Unidas intermediaram uma trégua de quatro semanas, mas, quando os egípcios recomeçaram os combates, os israelenses fizeram os países árabes recuar em todos os fronts, garantindo o domínio sobre todo o deserto de Negev, no sul (com exceção da Faixa de Gaza). Após outra trégua, quebrada pelos egípcios, que se recusaram a permitir que o FDI abastecesse os assentamentos judaicos no Negev, Israel empurrou de volta à península do Sinai e forçou os demais

países árabes a se retirarem também.

Entre os meses de fevereiro e maio de 1949, Israel assinou acordos de paz em separado com todos os combatentes, menos o Iraque, que retirou suas tropas, mas não aceitou um tratado. Numa vitória impressionante, Israel tomou mais de quatrocentas aldeias e cidades árabes, aumentou seu território original em 50% e incrementou suas forças armadas para mais de duzentos mil soldados.

Nesse processo, porém, criaram-se setecentos mil refugiados palestinos, forçados a sair para outros países árabes, fazendo com que um ressentimento surdo se expandisse contra Israel. Ao mesmo tempo, cerca de oitocentos mil judeus foram expulsos ou fugiram dos países árabes, mas ao contrário dos árabes que utilizaram os palestinos como propaganda e atores na perpetuação de um conflito, esses judeus foram absorvidos na maior parte em Israel ou outros países do mundo. Em certo sentido, a Guerra Árabe-Israelense de 1948 jamais terminou. Houve conflitos posteriores, além de levantes palestinos, haja vista que os descendentes daqueles primeiros refugiados queriam a terra natal, assim como sionistas uma vez buscaram a sua com tanto fervor.

3.8 A JIHAD NOS DIAS DE HOJE

A despeito da orientação do Alcorão, de Maomé e da Sharia, manter o foco em Deus e a disciplina cotidiana é um desafio para os muçulmanos. A desobediência é uma tentação constante, e o diabo está sempre à espreita. Os muçulmanos, portanto, precisam estar sempre na luta para permanecer junto a Deus e longe do mal. Essa “luta” é conhecida como jihad. Para a maioria dos muçulmanos, o termo jihad tem duas acepções: “jihad maior”, a mais comum, refere-se à constante militância contra o pecado, incluindo o arrependimento, a busca da misericórdia divina, o distanciamento das tentações e o desejo de justiça para os outros; “jihad menor”, embora seja menos comum para os muçulmanos, é a acepção mais conhecida no mundo. Refere-se ao uso da força, às vezes militar, contra aqueles que fazem o mal. A jihad menor, é descrita como um processo de quatro estágios. No primeiro estágio, a jihad em relação aos outros deve ser pacífica e passiva. No segundo estágio, o islã deve ser defendido com argumentos pacíficos. No terceiro estágio, os seguidores têm permissão para defender a comunidade muçulmana contra injustiças. No quarto estágio, os muçulmanos são convocados ao

conflito armado, segundo diretrizes legais específicas e orientações do Alcorão, quando a religião islâmica estiver sob ameaça.

O termo “*jihad*” se tornou familiar em boa parte do mundo nos últimos dez anos, e para muitas pessoas, especialmente não muçulmanos, é tomado como sinônimo de “guerra santa”, uma tentativa de expandir a religião muçulmana e punir violentamente os infiéis. No entanto grande número de muçulmanos discorda dessa definição. Nessa *jihad* menor, os muçulmanos são instruídos a usar meios combativos, caso necessário, para difundir a paz e a justiça da religião islâmica a áreas que não estejam sob a influência do profeta Maomé. Muitos estudiosos apontam que, embora os meios adotados sejam agressivos, a *jihad* menor almeja em última análise à paz. Embora a maioria dos muçulmanos aceite alguma forma de comando à *jihad* como parte de seu sistema de crenças, eles também rejeitam completamente a associação entre *jihad* e terrorismo moderno. Para esses muçulmanos, as ordens específicas de Maomé, no Alcorão, proibindo ataques a mulheres, crianças, pessoas fracas, enfermas, doentes ou deficientes, servem como prova de que as táticas terroristas não são endossadas pelo Alcorão e não têm lugar no islamismo.

Em parte, o apelo da guerra santa persevera porque é partilhado pela leitura intolerante do islã professada pela Arábia Saudita, o salafismo, ou, na versão local, wahabismo. Também contribui para a força do jihadismo o fato de ele ter um significativo público passível de ser conquistado, seja na Europa, onde a ideologia é capaz de suprir a desilusão de jovens alienados, ou no Oriente Médio, onde é vista por alguns como uma alternativa crível para a falta de perspectivas impostas pelos Estados fracassados da região. Acrescente-se a isso o fato de o Islã, que serve de pano de fundo civilizacional para muitos no Oriente Médio, ser objeto de uma recorrente manipulação pelas ditaduras da região, inclusive as ditas laicas. Um dos resultados desta manipulação é uma radicalização ainda maior da sociedade e da religião como um todo. No caso do Iraque, sua campanha da fé ocasionou a islamização de diversos integrantes do Baath e do Exército, alguns dos quais fazem parte, hoje, do Estado Islâmico. Como consequência, fecham-se os espaços para o dissenso teológico a respeito do islã. Em grande medida, os jihadistas têm um espaço público sem oposição, e muitas vezes favorável, para escolher as escrituras que mais se adaptam a seus planos totalitários, e geralmente preferem as mais sanguinárias.

O fundamentalismo religioso é o termo usado para se referir à crença na interpretação literal dos livros sagrados. Fundamentalistas são encontrados entre diversas religiões e pregam que os dogmas de seus livros sagrados sejam seguidos à risca. Os ataques de 11 de setembro de 2001, nos EUA, organizados pelo grupo fundamentalista sunita Al Qaeda, reacenderam a preocupação contra fundamentalistas. O fundamentalismo, porém, não é parte do islamismo. O que ocorre é que alguns grupos interpretam que a religião deve ser seguida estritamente e tentam impor essa visão à sociedade. Assim como grupos fundamentalistas islâmicos temos a Al Qaeda, o Boko Haram e o Estado Islâmico. O Islã apresenta duas grandes divisões que são os sunitas e xiitas, que representam quase a totalidade dos muçulmanos. Os xiitas são seguidores de Ali, genro de Maomé, e o consideram legítimo sucessor do profeta. Têm hierarquia clerical e seguem a liturgia mais mística, que dá grande importância aos imãs. Os sunitas consideram legítimos os quatro califas que dividiram o poder após a morte de Maomé, incluindo Ali. Rejeitam personificações e tendem a seguir um culto mais puritano. O grupo intitulado Estado Islâmico, sunita, nasceu no Iraque através de um levante de uma dissidência da Al Qaeda, visa criar um califado islâmico.

3.9 A TEORIA DA GUERRA JUSTA

Segundo Michael Walzer em seu livro *Guerras Justas e Injustas*, desde que homens e mulheres começaram a falar sobre guerra, sempre foi em termos do certo e do errado. E quase todo esse tempo houve quem ridicularizasse esse tipo de conversa, considerando o assunto um exercício vazio, insistindo que a guerra está além ou aquém da apreciação moral. A guerra situa-se numa outra realidade, na qual a própria vida está em jogo, a natureza humana é reduzida a suas formas elementares e prevalecem o interesse pessoal e a necessidade. Nessas circunstâncias, homens e mulheres fazem o que precisam fazer para salvar a si mesmos e a suas comunidades; e não há lugar nem para a moral nem para a lei. *Inter arma silent leges*: em tempos de guerra, cala-se a lei. Por vezes esse silêncio propaga-se até outras formas de atividade competitiva, como o ditado: “vale tudo no amor e na guerra”. Isso quer dizer que qualquer coisa é aceitável, qualquer tipo de trapaça no amor, qualquer tipo de violência na guerra.

A realidade moral da guerra é dividida em duas partes. A guerra é sempre julgada duas vezes: primeiro, com referência aos motivos que os Estados têm para

lutar; segundo, com referências aos meios que adotam. O primeiro tipo de julgamento é de natureza adjetiva: dizemos que uma guerra determinada é justa ou injusta. O segundo é de natureza adverbial: dizemos que a guerra é travada de modo justo ou de modo injusto. Escritores medievais tornaram a diferença uma questão de preposições, fazendo a distinção entre “*jus ad bellum*”, a justiça do guerrear, e “*jus in bello*”, a justiça no guerrear. Essas distinções gramaticais indicam questões profundas. *Jus ad bellum* exige que façamos julgamentos sobre agressão e autodefesa. *Jus in bello*, sobre o cumprimento ou a violação das normas costumeiras e positivas de combate. Os dois tipos de julgamento são independentes em termos lógicos. É perfeitamente possível que uma guerra justa seja travada de modo injusto e que uma guerra injusta seja travada em estrita conformidade com as normas. É crime cometer agressão, mas a guerra de agressão é uma atividade regida por normas. É certo resistir à agressão, mas a resistência está sujeita a limitações morais e legais. O dualismo de *jus ad bellum* e *jus in bello* está no cerne de tudo o que é mais problemático na realidade moral da guerra.

Segundo Clausewitz, a lógica da guerra funciona desse modo: “cada um dos adversários força o outro a agir”. Disso resulta uma “ação recíproca”, uma escalada contínua, na qual nenhum dos dois lados é culpado, mesmo que ele tenha sido o primeiro a agir, pois cada ato pode ser considerado preventivo e quase com certeza é. A guerra tende ao máximo emprego das forças e isso significa o aumento da desumanidade, já que aquele que usa a força com crueldade, que não hesita diante de nenhuma carnificina, deverá conquistar vantagem se seu oponente não agir do mesmo modo.

As normas de guerra consistem em dois grupos de proibições associadas ao princípio crucial de que os soldados têm direitos iguais de matar. O primeiro grupo especifica quando e como podem matar; o segundo, a quem matar. Meu principal interesse é pelo segundo grupo, pois é aí que a formulação e reformulação da normas atinge uma das questões mais difíceis na teoria da guerra, ou seja, como se há de distinguir essas vítimas da guerra que podem ser atacadas e mortas daquelas que não podem. Não creio que essa pergunta deva ser respondida de uma ou outra forma específica se for para a guerra ser uma condição moral. É, porém, necessário que em qualquer dado momento haja uma resposta. Somente se pode distinguir a guerra do assassinato e do massacre quando estão estipuladas restrições quanto ao alcance da batalha.

Agressão é o nome que damos ao crime da guerra. Conhecemos o crime graças a nosso conhecimento da paz que ele interrompe, não a mera ausência de

conflito, mas a paz-com-direitos, uma condição de liberdade e segurança que pode existir somente na ausência da agressão em si. O mal que o agressor comete é o de forçar homens e mulheres a arriscar a vida em defesa de seus direitos. É o de confrontá-los com a escolha: os direitos ou a vida (de alguns deles)! Grupos de cidadãos reagem de modos diferentes a essa escolha, alguns rendendo-se, alguns lutando, dependendo da condição material e moral de seu Estado e do exército. Mas eles sempre têm justificativa para lutar; e, na maioria dos casos, considerando-se a escolha cruel, lutar é a reação de preferência em termos morais. A justificativa e a preferência são muito importantes: elas fornecem uma explicação para as características mais notáveis do conceito de agressão e do lugar especial que ele ocupa na teoria da guerra.

A guerra preventiva pressupõe algum padrão de comparação para que o perigo seja avaliado. A guerra preventiva é uma guerra travada para manter o equilíbrio, para impedir que o que se considerava uma distribuição equilibrada do poder passe a uma relação de supremacia e inferioridade. Costuma-se falar no equilíbrio como se ele fosse o segredo da paz entre os Estados. Isso, no entanto, ele não pode ser, senão não precisaria ser defendido com tanta frequência pelas armas. “O equilíbrio do poder, orgulho da política moderna[...] inventado para preservar a paz geral bem como a liberdade na Europa”, escreveu Edmund Burke em 1760, “somente preservou sua liberdade. Ele tem sido a origem de guerras inúmeras e inúteis”. Acredita-se que quando se entrava em guerra em nome do equilíbrio, estava defendendo não apenas o interesse nacional, mas uma ordem internacional que possibilitava a liberdade por toda a Europa. Esse é o argumento clássico em prol da guerra de prevenção.

A teoria da guerra justa tem suas origens no pensamento de Cícero, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino e Hugo Grotius. Para Santo Agostinho o primeiro critério para caracterizar uma guerra justa, é a autoridade adequada. Ele assim caracterizava: “a ordem natural, que é dirigida para a paz das coisas morais, requer que a autoridade e a deliberação para realizar uma guerra estejam sob o controle de um líder”. Como segundo critério é necessário uma causa adequada, que são as razões para ir para a guerra. Estas razões são tão importantes quanto a autoridade de quem ordena ir para a guerra. Ele especificamente retira as justificativas para ir a guerra que envolvam: o desejo de causar dano, a crueldade da vingança, uma mente implacável e insaciável, a selvageria da revolta e o orgulho da dominação. Como terceiro critério, a chance razoável de sucesso; e como quarto critério a proporcionalidade. Ao travar uma guerra as autoridades devem estar certas de que o

dano causado pela sua resposta a uma agressão não excede os danos causados pela própria agressão.

Nas terras de Vera Cruz, o conceito de guerra justa será empregado para justificar a captura, aprisionamento e escravização dos indígenas, sobretudo durante a ocupação da Amazônia desde o século XVI ao XVII. A concepção de guerra justa obedeceu à uma “ideologia expansionista”, os critérios variaram, assim como variou a legislação em permanente tensão entre o que ditava a Metrópole e o que era praticado na América Portuguesa, ora adotando critérios que, desde que modificados, poderiam anular os resultados de uma missão de resgate anterior. No quadro das justificativas, essencialmente se considerava justa uma guerra que fosse aos inimigos da coroa, e quem eram estes inimigos se não as tribos que resistiam ao trabalho compulsório, à aculturação e à ocupação de suas terras. Neste momento o que interessa é tornar positiva a idéia de catequizar almas perdidas, de docilizá-las ao colonizador, mas no fundo os argumentos apelam para o enquadramento de canibais, de índios resgatados em guerras intertribais. Portanto, eram a estes elementos e suas sociedades que se dirigiam tropas de guerra formadas por colonos, mas também por outros índios.

4 A RELIGIÃO, A GUERRA E O SÉCULO XXI

O século XXI já está na segunda década e parece ser indissociável o pensamento de que hoje o grande desafio não é a guerra convencional, mas sim, como conceber estratégias para combater o terrorismo que tem, muitas vezes em sua gênese, a religião como catalisadora. Alguns autores corroboram este pensamento, como Gopin (2002,p.4), que entende que religião e cultura desempenham um papel crítico em numerosos conflitos, envolvendo desde aqueles que tem como motivação relações interpessoais até contendas globais. O desafio é tentar entender de que forma a religião e a cultura interagem com o conflito, o que de certa forma, muitas vezes é negligenciado nos estudos existentes.

Wilmer (2002), utilizando uma chave diferente ao estudar o esfacelamento da Iugoslávia no final do século passado, usa o termo “guerra” como uma forma de encontrar características comuns aos conflitos de violência política, exemplificando com a 1ª e a 2ª Guerra Mundial, a Guerra da Coreia, dos Seis Dias, do Vietnã, do Golfo e da Iugoslávia. Desta forma ele acrescenta a categoria dos conflitos étnicos, fazendo a ressalva da dificuldade de conseguir observá-los como um ente diferenciado dos conflitos que envolvem Estados.

Podemos então pressupor que atualmente o mundo atravessa um período em que as guerras convencionais não são o maior desafio a superar. Após a rápida conquista do Iraque, os senhores da guerra perceberam que não bastava uma vitória e nem mesmo ocupar. A estabilidade de um país ou território vai muito além de uma grande força militar. Corações e mentes precisam ser conquistados e a religião está inserida nesse processo. A cada conquista territorial imposta a povos ou etnias artificialmente controlados por estados fortes ou ditatoriais como era o caso do Iraque de Saddam Hussein ou a Síria dos Assads, libera grupos étnicos que muitas vezes estavam oprimidos e vislumbram a lacuna de poder como uma oportunidade de reconquista ou mesmo vingança.

Se olharmos para o Oriente Médio, as fronteiras criadas artificialmente na Guerra de 1914-1918 pelos vencedores, principalmente pelo Império Britânico estão se desfazendo. O ISIS, que protagoniza e reivindica a maior parte dos ataques terroristas no momento, não procurou avançar especificamente sobre um país.

Conquistou territórios em zonas conflagradas por disputas étnicas, principalmente na Síria e no Iraque arrasados e sem o controle de seu ditador.

Israel enfrenta como sempre desafios em várias frentes. A ameaça de instabilidade ao norte de sua fronteira aparentemente calma desde a segunda guerra do Líbano devido a um suposto enfraquecimento do Hezbollah, a doutrinação feita desde a infância entre todos os povos árabes da região, principalmente entre os palestinos de Gaza, os sermões dos clérigos conclamando a uma guerra santa para libertar a Palestina dos infiéis, a ameaça nuclear de um Irã que tenta ser hegemônico tentando se contrapor a uma Turquia que flerta com a Irmandade Muçulmana correndo o risco de perder seu caráter laico, são desafios de uma região que hoje parecem insuperáveis aos israelenses que de tempos em tempos lançam ofensivas para minimizar as ameaças aos seus territórios, provenientes principalmente de Gaza.

Ainda tratando do Oriente Médio, não podemos minimizar o papel da religião na perpetuação dos conflitos e na facilidade em delinear seus atores, sejam eles o Hamas e Jihad Islâmica, partidos religiosos, agressiva disputa de terras em nome de Deus, suicídios em massa, entidades estranhas aos conflitos piorando a situação, Jerusalém como objeto de conquista, locais sagrados como reivindicação para agravar os conflitos e muitas mentiras “abaixo da superfície, muito mais do que o que precisaria ser exposto (Gopin, 2002, p.6).

A porção radical da religião islâmica nos dias atuais, representada pelo que conhecemos como Jihad tem produzido um exército que foge aos padrões aprendidos nas academias militares ocidentais. São combatentes que movidos por uma fé religiosa que promete o paraíso, não tem medo da morte que muitas vezes é o caminho para a sua glorificação ou mesmo recompensa pecuniária de sua família.

O extrato radical deste Islã seria hoje em dia, representada pelo Isis, Daesh ou Estado Islâmico e tem motivado muita discussão e posições antagônicas entre acadêmicos, políticos e da sociedade em geral. Muitos membros da administração do Presidente Barack Obama propugnam uma inclusão social advogando que o principal não deveria ser o foco no combate convencional com bombas, mas sim, que teriam os americanos que ajudar os países islâmicos a construir sua economia, de modo que pudessem ser criadas oportunidades de trabalho para os muçulmanos, criando uma visão conectada entre os ataques e condição social e uma vida digna, clamando por tolerância e compreensão. Existem aqueles que a cada ação

perpetrada defendem uma reação militar imediata. Entendem que é impossível coexistir com quem apenas quer matar, que o Islam radical e militante é irracional e se baseia na intolerância e na não aceitação dos infiéis desde que foi criado no século sete. Advogam também, que oferecer programas de emprego ou conversas de compreensão ou tolerância, simplesmente fazem transparecer fraqueza e debilidade (Pavlich, 2015).

Referenciando Avruch (1998, p.5-21), Gopin explica que no conflito do Oriente Médio contemporâneo, religião e cultura são inseparáveis e ao mesmo tempo podem ser capazes de promover mudanças e oportunidades. Assim como a cultura não é estática, mas uma entidade viva e dinâmica repleta de paradoxos que se expressam em que refletem em comunidades seculares como lutas sociais, ideológicas e ritualizadas. (Gopin, 2002, p.198)

Tratando das guerras civis na África nas últimas décadas, seja no Sudão, em Serra Leoa, Libéria, Rwanda, Costa do Marfim ou Nigéria entre outros, observamos como as guerras travadas entre africanos no passado, idéias, rituais e instituições religiosas tiveram, tem e terão um importante papel, seguindo uma tradição trágica no continente que remonta ao período pré-colonialista europeu. Karsfelt (2005, p.8-21) exemplifica com facções durante a Guerra civil na Libéria que “clamavam estar em comunicação direta com Deus ou com outras forças sobrenaturais que lhes davam superpoderes”. Durante a guerra civil na Nigéria (1967-1970) em que lutavam o povo Igbo e a Federação Nigeriana, foi reportado que os primeiros realizaram sacrifícios humanos e recorreram a ajuda de sacerdote com poderes sagrados a seu favor. Entretanto, o governo venceu (Conteh, 2011).

Outro ponto a se considerar quando se pensa a guerra e a religião no século XXI, é o valor atribuído pelo soldado ao conflito no qual está engajado. O princípio que fornece ao combatente a percepção de que a guerra que está lutando é digna. Isso é fundamental na motivação do militar. Poderíamos nos perguntar: por que um homem luta e por que para de lutar? O que o impele a arriscar a sua vida e o persuade a se impor enormes sacrifícios numa guerra? Nacionalismo, busca pela liberdade, honra pessoal, companheirismo, instinto de sobrevivência, ódio pela etnia do inimigo? O que move o combatente de uma força convencional ou o terrorista moderno pode estar em todos estes motivos como também na defesa de sua religião, mas o que realmente importa é que seja lá em que ele acreditar, mas que

este motivador garanta o seu comprometimento com a guerra (Dunlap e Alfiers, 2006).

Desta forma, parece evidente que ao examinarmos os diversos conflitos no mundo nos últimos séculos observamos que a religião tem desempenhado um papel importante seja na guerra e mesmo na construção da paz, mas que apesar de toda a tecnologia e informação em tempo real, do conhecimento dos outros povos que é possível adquirir quase de pronto, que enquanto distantes e no imaginário poderiam pressupor uma aura de malignidade, nada parece arrefecer a influência que discursos baseados em ideais religiosos fundamentalistas seja de que origem for, exercem na construção de um inimigo, mesmo no século XXI.

5 CONCLUSÃO

Com certeza, como vimos no desenvolvimento deste trabalho, muitos conflitos ao longo da história têm sido ostensivamente por motivos religiosos, com muitas religiões diferentes envolvidas. Por exemplo, no cristianismo: As Cruzadas, A Guerra dos Trinta Anos e até mesmo a Rebelião Taiping. O cristianismo tem certamente sido um fator em muitos conflitos ao longo de sua história de 2.000 anos.

No islã, vemos o conceito de *jihad*, ou guerra santa. A palavra *jihad* significa, literalmente, “luta”, mas o conceito tem sido usado para descrever a guerra na expansão e defesa do território islâmico. A guerra quase contínua no Oriente Médio ao longo do último meio século certamente tem contribuído para a idéia de que a religião é a causa de muitas guerras.

Na Teoria da Guerra Justa, vemos como que o ser humano se mantém em uma atividade hostil, acreditando haver uma autoridade adequada, uma causa adequada, uma chance razoável de sucesso. Apesar de tudo isto sabemos que não há justificativa para uma guerra onde os soldados seriam mortos sem chances de vitória. A vida humana é muito preciosa para ser descartada desta forma.

Por tudo isto apresentado acima, é que percebemos o quanto o homem busca uma satisfação pessoal, espiritual nos conflitos travados ao longo da história. Sempre que este se voltava para os conflitos, mesmo em seu íntimo ele tinha um desejo de vitória que o mantinha firme no combate, pois mesmo havendo a chance da derrota no campo de batalha, ele pensava que já havia garantido sua vitória no campo espiritual pois tinha na mente que sua vitória no “paraíso” já estava assegurada.

Para reforçar que a guerra em todos os sentidos não traz para o combatente lucro algum, reporto aqui novamente como exemplo o que escreve Keeley(2011, p.29) sobre o que disse o homem de uma tribo da Papua: “a batata desaparece, os porcos desaparecem e os campos se deterioram, e, o mais importante, os filhos e filhas morrem”. Entender a guerra como uma espécie de aventura econômica é, no mínimo, deixar de ver o principal.

REFERÊNCIAS

AVRUCH, Kevin **Culture and Conflict Resolution** (Washington. D.C.: U.S Institute of Peace Press, 1998), 5-21

BÍBLIA SAGRADA. **Nova Tradução na Linguagem de Hoje**. São Paulo: Paulinas, 2005.

BLACK, Jeremy. **War: A Short History**. New York: Continuum US, 2009.

BLAINEY, Geoffrey. **Uma Breve História da Cristianismo**. São Paulo: Fundamento, 2011.

BLANK, Renold. **Encontrar Sentido na Vida: Propostas Filosóficas**. São Paulo: Paulus, 2008.

CARDOSO, Sílvia Helena. SABBATINI, Renato M. E. A Mente do Terrorista Suicida, Disponível em: < <http://www.cerebromente.org.br/n13/terrorist8.html>>. Acesso em 30 de abril de 2016.

Constituição da República Federativa do Brasil - Col. Saraiva de Legislação - 53ª Ed. 2016.

CONTEH, Prince Sorie "The Role of Religion during and after the Civil War in Sierra Leone," *Journal for the Study of Religion* : JSR 24, no. 1 (2011);

COSTA, Wagner Veneziani. **História das Cruzadas**. Tradução de Jefferson Rosado. São Paulo: Madras, 2015.

CUMMINS, Joseph. **As Maiores Guerras da História**. Tradução de Vânia Cury. Rio de Janeiro: Ediouro, 2012.

DOMINGUES, Ângela. Os conceitos de guerra justa e resgate e os ameríndios do norte do Brasil. *In: Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

DUNLAP, Charles J. Jr. and ALFIERS, Jeffrey, "NEO-STRATEGICON: Modernized Principles of War for the 21st Century," *Military Review* 86, no. 2 (2006);

FISICHELLA, Rino. **Introdução à Teologia Fundamental**. Tradução de João Paixão Netto. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

FORTINO, Carla. **O Livro das Religiões**. Tradução de Bruno Alexander. 1. ed. São Paulo: Globo Livros, 2014.

GOODRICK-CLARKE, Nicholas. **Sol Negro: cultos arianos, nazismo esotérico e políticas de identidade**. Trad. de Fábio Rezende. São Paulo: Madras, 2004.

GOPIN Marc, **Holy War, Holy Peace**: How Religion Can Bring Peace to the Middle East (New York: Oxford University Press, 2002);

HALL, John A. SCHOROEDER, Ralph. **An Anatomy Of Power – The Social Theory Of Michael Mann**. New York: Cambridge University: 2005.

KAMEL, Ali. **Sobre o Islã**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

KASTFELT, Niels (ed.).2005. **Religion and African Civil Wars**. New York: Palgrave Macmillan

KEELEY, Lawrence H. **A Guerra Antes da Civilização**: O Mito do Bom Selvagem. Tradução de Fábio Faria. São Paulo: Realizações, 2011.

LONGHURST, John. "Why So Much Hunger, War, Injustice in Religious World?," *Winnipeg Free Press*, February 9, 2013.

NAPOLEONI, Loretta. **A Fênix Islamista**. Tradução de Milton Chaves de Almeida. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

O CORÃO. **Uma Biografia**. LAWRENCE, Bruce; Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

PAVLICH, Katie, "**ISIS Murderers? Let's Give Them Jobs!**,"Tribune-Review/Pittsburgh Tribune-Review, February 19, 2015;

Política Nacional de Defesa. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf>>. Acesso em 29 de abril de 2016.

POPOVSKI, Vesselin. REICHBERG, Gregory M. TURNER, Nicholas. **World Religions And Norms Of War**. New York: United Nations University, 2009.

The Columbia Encyclopedia, 6th ed. (Columbia University Press, 2016). Disponível em: <<http://www.questia.com>>. Acesso em maio, junho, julho e agosto de 2016.

WALZER, Michael. **Guerras Justas e Injustas**. Tradução de Waldéa Barcellos. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WEISS, Michael. HASSAN, Hassan. **Estado Islâmico**: Desvendando o Exército do Terror. Tradução de Jorge Ritter. 1. ed. São Paulo: Pensamento, 2015.

WILMER, Franke, **The Social Construction of Man, the State, and War: Identity, Conflict, and Violence in Former Yugoslavia** (New York: Routledge, 2002), x;